

II. A gênese do Estado-Nação - a República Velha (1889-1930)

5. Da Monarquia à República - Mundo Rural e Urbano

Desde o início da escravidão, os cativos lutaram sós contra o cativo. Raras vozes - rapidamente reprimidas - propuseram reformar a instituição. Desde 1860, segmentos sociais à margem da escravidão apoiaram o fim do cativo, luta fortalecida pela pressão internacional e pela então excepcionalidade escravista do país. Os cafeicultores escravista hegemônicos através do governo imperial impediram qualquer abolição provincial. A Guerra contra o Paraguai [1865-70] e a dita “lei do Ventre Livre” postergaram o fim do cativo. A Lei de 1871 libertava os filhos das cativas após 21 anos de trabalhos aos *senhores*. Justificava-se a escravidão com o argumento que era imprescindível à economia.

Os cativos morriam, envelheciam e eram vendidos para o Centro-Sul cafeicultor, enquanto a instituição agonizava em importantes regiões do país. Em 1885, o governo imperial tentou desarmar com a Lei dos Sexagenários a luta pelo fim da escravidão que renasceria com vigor cinco anos antes. O abolicionismo transformou-se no primeiro movimento democrático nacional, reunindo homens livres e escravizados. A Abolição era vista como o início da regeneração nacional. No Natal de 1886, cativos começaram a abandonar as fazendas paulistas. Logo, o movimento generalizou-se. Os cafeicultores paulista ricos renderam-se ao inevitável e abraçaram o “imigrantismo”. Os fluminense, senhores de terras esgotadas e muitos cativos exigiram a abolição com indenização.

O fim das relações escravistas, que emperravam já a cafeicultura, permitiu que multidões de imigrantes entrassem no país, com condições contratuais apenas inicialmente vantajosas. O fim do cativo derrubou as escoras que sustentavam o centralismo monárquico. Novas e mais complexas formas de produção exigiam novas e mais complexas formas de dominação. Em junho de 1889, gabinete liberal,

designado por Pedro 2º, propôs reformas que adequassem monarquia à nova ordem. Porém, deram as costas às reivindicações federalistas provinciais e propuseram democratização relativa do acesso à terra, o que acelerou a conspiração republicana, vitoriosa em 15 de novembro de 1889. Ao ruir, a monarquia era edifício sem fundamentos, abandonada por todas as facções dominantes. A constituição republicana sancionaria o novo reordenamento nacional. A estrutura agro-exportadora-latifundiária sustentada pelo trabalho livre permitia a reorganização federal da nação, antiga reivindicação das classes dominantes provinciais.

A transição desde as alturas gerou institucionalidade elitista, conservadora e federalista e nulamente republicana, democrática e popular. O federalismo pôs fim ao movimento nacional abolicionista de refundação da nação, em um viés mais democrático. Quando populações regionais levantaram-se, em forma confusa, contra uma *nova* ordem madrasta - como em Canudos [1896], no Contestado [1912-16], na revolta dos Marinheiros [1910] - foram massacradas e acusadas de bárbaras.

O Início da Industrialização em um Mundo Rural

Concluída a revolução abolicionista, o país organizou-se plenamente a partir do trabalho livre, com importantes continuidades em relação aos últimos anos do Império. O latifúndio exportador prosseguiu dominando o país e o campo continuou o centro das atividades sociais e produtivas. As raras propostas legislativas em favor da democratização da terra foram sufocadas facilmente pelos representantes políticos dos grandes proprietários. Os impostos sobre o latifúndio eram praticamente desconhecidos. A população urbana era pequena. Ainda em 1920, 70% dos habitantes viviam e trabalhavam no interior, em universo rural com produção orientada sobretudo para a exportação. Nesse mundo, fora o açúcar e a carne, pouco se produzia para o mercado interno. Dominou o país a organização federalista, com enorme independência dos estados. [CARONE, 1975; STEDILE, 2005]

Desde inícios do século 19, colonos estrangeiros haviam sido chamados para, entre outros objetivos, produzir filhos para os exércitos, servir de *contrapeso* ao *inimigo interno* [cativos], aliviar a carência

de gêneros alimentícios, através da formação de agricultura policul- tora próxima das capitais. Para o estabelecimento de economia colo- nial-camponesa, terras imprestáveis à grande plantação e à criação pastoril foram divididas para serem distribuídas gratuitamente, até 1850, quando passaram a ser vendidas [*financiadas*] aos imigrantes estrangeiros, que pagaram por bens sem qualquer valor, a não ser o trabalho investido na abertura de picadas e na construção de algu- mas instalações centrais. Os colonos europeus viveram de seu tra- balho, em geral explorando os filhos, e explorados através sobretudo do capital comercial. Não se sustentam as apologias sobre imigrantes regamente financiados e sustentados pelas autoridades monárquicas ou republicanas. [MAESTRI, 2001 III; ROCHE, 1969.]

A criação e a plantação latifundiárias continuaram sendo o co- ração das atividades rurais, base de sua economia de exportação. O café dominava esse universo rústico. Na primeira metade do século 19, as exportações do Brasil assentaram-se sobretudo na cafeicultura fluminense. Antes mesmo da República, o esgotamento da fertilidade das terras do Rio de Janeiro deslocara para São Paulo o centro da pro- dução de café. Após a Abolição, ali trabalhavam sobretudo colonos imigrantes, que cuidavam de cafezais, para os proprietários, em troca do direito de plantar entre os pés das plantas, do recebimento de uma remuneração monetária, de participação dos frutos da colheita final. Ex-cativos seguiram também trabalhando em geral como simples assalariados, sem os privilégios dos colonos que possuíam famílias, igualmente envolvidas na produção.

A abolição da escravatura abriu caminho para a produção capi- talista. Entretanto, ela não assumiu, imediatamente, a hegemonia, sequer nos dois principais centros geográficos artesanais, manufatu- reiro e fabril - Rio de Janeiro e São Paulo. A grande produção latifun- diária orientada para a exportação não organizou sua produção em moldes capitalistas, como comumente proposto. Em geral, prosseguiu servindo-se de diversas formas de relações sociais pré-capitalistas de produção. Nas fazendas cafeicultoras de ponta, os empresários, des- capitalizados, concederam parcelas de terras para os colonos, com suas famílias, plantarem pés de café. Eles eram remunerados, como vimos, com o direito a plantar, pequeno salário monetário, partici- pação na produção. Outros dois produtos de exportação enchiam as burras dos grandes proprietários, comerciantes e banqueiros — o ca-

cau e a borracha. Após estreadem no mercado mundial em 1827, as exportações de borracha explodiram com o início da indústria automobilística. A exploração dos seringueiros dava-se através de formas pré-capitalistas, literalmente semi-servis, apoiadas comumente pelo endividamento dos produtores dedicados ao extrativismo, devido a adiantamentos e compras feitas nos negócios dos seus empregadores.

Em 1910, a borracha amazônica cobria 75% do mercado mundial e quase 30% das exportações do Brasil. A enorme riqueza que conheceu o norte seringueiro ficou registrada no magnífico teatro municipal de Manaus [1896]. A falta de condições objetivas impediu o surgimento na região de produção manufatureira-industrial, apoiada nos capitais propiciados pelo Ciclo da Borracha. Também sem concorrentes, o cacau baiano dominava o comércio internacional, que não conseguia satisfazer devido à sua crescente demanda, sem igualmente conseguir alavancar ciclo manufatureiro, apesar de existirem pequenas ilhas industriais no Estado. [CARONE: 1975; FURTADO, 1987.]

Caráter Semicolonial

A ordem latifundiária agro-exportadora determinava grandes limitações à organização econômica, social e política do país, que mantinha seu caráter político semicolonial, e reforçara a autonomia das partes [estados], com a organização federalista do país. O capital financeiro era escasso e os bancos, raros. Os mercados internos eram raquíticos. As exportações limitavam-se aos produtos primários, sobretudo agrícolas, como vimos. Regionalizada, a produção manufatureira e industrial engatinhava, voltada para os produtos rústicos de pouco valor agregado. Ela tivera um primeiro impulso, já no século 19, sobretudo no que se refere a algumas usinas têxteis, estabelecidas nos grandes centros urbanos, já que a importação de tecidos dominava as compras exteriores. [ANDRADE, 1981.]

Os diversos estados cobravam impostos sobre a entrada de produtos chegados de outros pontos do país, em geral a alto preço, devido aos custos dos transportes. A maior parte dos manufaturados consumidos provinha da Europa e dos Estados Unidos. Já restrito, o mercado consumidor dos múltiplos estados do Brasil deprimia-se fortemente com a inflação, motivada sobretudo pelo apoio à cafeicul-

tura, que exigia emissões sucessivas de papel-moeda para a compra e a retirada do mercado de milhões de sacas de café, devido à super-produção. A grande maioria dos trabalhadores vivia nos campos, em milhares de fazendas e centros produtores de café, de açúcar, de cacau, de mate, de algodão, de couro, de fumo, de charque, etc.

Os trabalhadores rurais constituíam força social heterogênea, atomizada social e geograficamente, sobre a qual pesava fortemente o passado, não distante, de trabalhadores escravizados ou de nativos incorporados parcialmente ao mundo *oficial* – caboclos. Raramente haviam vivido a experiência de liberdade civil plena, submetidos mais comumente à dependência paternalista e despótica dos grandes proprietários de terra. Os trabalhadores rurais viviam isolados pela distância e, sobretudo, pelas diversas formas de produção. Eles eram agregados, assalariados, colonos, moradores, parceiros, meeiros, etc. Diferenças culturais, étnicas e lingüísticas aprofundavam as diversidades sócio-produtivas. Havia trabalhadores afro-descendentes, caboclos, portugueses, espanhóis, alemães, italianos. O Brasil não era um Estado-nação.

A escravidão e o latifúndio haviam dificultado estruturalmente a formação de uma classe camponesa nas diversas regiões do Brasil, com laços comunitários e aldeões e raízes entranhadas na terra. Quando existiram, em geral em forma incompleta, essas comunidades constituíram-se como formas de produção subordinadas. Apenas a colonização parcelar de colonos de origem européia não-portuguesa, localizada em algumas regiões do sul do Brasil, abriu uma real “brecha camponesa” na forte estrutura latifundiária do país. Esta última ensejou acumulação de capitais, expansão demográfica e crescimento do mercado regional que apoiou o nascimento de núcleo industrial do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná. [MAESTRI, 2003. II; MARTINS, 1979.]

Nas Cidades e Campos

No interior e nas cidades, a população trabalhadora vivia difíceis condições de existência. Mesmo nas capitais, as moradias, as condições sanitárias, o abastecimento de água e os serviços de esgoto eram precários ou inexistentes. O *proletariado* formava-se com grande dificuldade. Em 1910, dos 23 milhões de habitantes do país, apenas

160 mil eram trabalhadores fabris, sem conformação nacional. A produção industrial e manufatureira abastecia sobretudo os mercados regionais próximos com bens de consumo não duráveis — tecidos, alimentos, móveis, etc. Os produtos produzidos nos estados circularam em forma muito limitada no país, por questões fiscais, dificuldades nos transportes, escala de produção. [GÓES: 1988; HIRATA: 1980.]

As primeiras unidades manufatureiras e fabris surgiram no Brasil, timidamente, nos anos 1870, quando da desescravização dos centros urbanos, devido à fome de cativos da cafeicultura do Centro-Sul, que monopolizou tendencialmente a escravaria das demais províncias. [VIOTTI, 1982.] Algumas manufaturas empregavam trabalhadores livres e escravizados. O principal centro consumidor, o Rio de Janeiro, sediava o maior núcleo artesanal, manufatureiro e fabril do Brasil, seguido por São Paulo e pelo Rio Grande do Sul. Durante décadas, mesmo ali, eram raras as grandes usinas, dominando as fábricas médias e, sobretudo, pequenas, como veremos. A República e a política inflacionária impulsionada por Rui Barbosa ensejaram um primeiro surto industrial e comercial, de pouco fôlego - *O Encilhamento*. [SUZIGAN, 2004; CARVALHO, 2004.] Seguia dominando soberano o campo.

No Rio de Janeiro, os trabalhadores urbanos fabris eram comumente estrangeiros — portugueses, espanhóis, italianos, alemães, etc. Em 1900, mais de 210 mil não-brasileiros viviam na capital federal. Mesmo que raramente pudessem fazer, sonhavam em juntar um pecúlio e voltar para os países de origem. Comumente, os industrialistas, engenheiros, mestres, etc. - estrangeiros -valorizavam os europeus como operários industriais, em geral com experiência manufatureira ou artesanal nos países de origem. Os ex-cativos e afro-descendentes, sem tradição manufatureira, quando de contratação, eram empregados sobretudo nas tarefas mais ingratas, entre elas, a estiva do porto. O preconceito racial e étnico era forte, sendo comum que operários de diferentes nacionalidades entrassem em confronto. [BANDEIRA, 2004.]

Em um contexto onde, havia poucas décadas, o trabalho escravizado fora hegemônico, era extremamente limitada a própria tradição de organização dos trabalhadores. O que facilitava condições

de trabalho duríssimas e salários, miseráveis. Homens, mulheres e crianças trabalhavam até dezoito horas diárias, sem repouso semanal remunerado. Não raro, operários labutavam aos domingos e dormiam nos locais de trabalho. As jornadas das operárias e das crianças eram mais longas do que as dos operários adultos. Após as longas horas de trabalho, mulheres e crianças limpavam os locais de produção. Crianças eram obrigadas a limpar, com as pequeninas e ágeis mãos, máquinas em funcionamento. As amputações e os acidentes mortais não eram indenizados. Nenhuma legislação social limitava a exploração desapietada dos trabalhadores. Os trabalhadores eram vistos pelas classes dominantes como membros de uma *humanidade* diversa, sobretudo - mas não apenas - quando eram de origem *brasileira*.

Os patrões e os mestres ditavam o horário, as condições e a remuneração do trabalho. Mestres e gerentes castigavam fisicamente trabalhadores e trabalhadoras. Operários faltosos podiam ser encarcerados em prisões privadas. Os empregadores confeccionavam listas *negras* de trabalhadores combativos que, despedidos, dificilmente empregavam-se. A questão social era tida como caso de polícia, que era utilizada contra a resistência, a dissidência e a rebeldia operária. O nascente empresariado considerava, como os escravistas dos quais descendiam *étnica* ou *sociologicamente*, que o trabalho de seus operários fosse um *dever* e a remuneração, um privilégio. [GÓES: 1988.]

6. A Origem do Movimento Operário no Brasil – A Industrialização

A partir de fins século 19, com grandes dificuldades, os limitados, regionalizados e localizados grupos de trabalhadores fundaram as primeiras organizações sindicais e políticas. Inicialmente, eram associações mutualistas, dedicadas ao mútuo-auxílio, para caso de doença, desemprego, acidentes, morte. Elas retomavam as funções assistenciais das irmandades religiosas, profissionais ou étnicas urbanas, dos tempos do Império e da escravidão. No início do século, os anarquistas e anarco-sindicalistas conquistaram a direção do novo, frágil e numericamente limitado movimento operário, atomizado nos núcleos regionais fabris do país. O perfil dominante da classe operária — artífices e operários de pequenas e médias manufaturas — facilitava as propostas associativas e individualistas. Os anarquistas

conclamavam a mobilização contra a religião, contra o Estado e contra o capital. Eles propunham sociedade libertária, sem Estado e sem governo, baseada na solidariedade dos trabalhadores independentes. Na Europa, com o desenvolvimento da industrialização, evoluiu-se do anarco-individualismo para o anarco-sindicalismo, introduzido no Brasil por operários imigrados e pela literatura libertária, sobretudo quando cresceu, ainda que relativamente, o porte das unidades fabris. [PEREIRA, 1976: 35; CARONE, 1975.]

Da ação individual, própria ao artesão, evoluiu-se à organização de sindicatos e associações profissionais revolucionárias. Elas derrotariam o capital e a propriedade privada com a greve geral insurrecional e instituiriam a *Anarquia* - o governo federado sem Estado -, a partir da colaboração dos sindicatos confederados. Os anarco-sindicalistas declaravam-se materialistas, deterministas e ateus e desenvolviam ativa propaganda contra o militarismo, a religião e qualquer participação na vida política oficial. A hegemonia anarquista era disputada por tendências socialistas reformistas defendendo a integração política e social dos trabalhadores à sociedade de classes. A luta político-ideológica expressava tendencialmente segmentos sociais inseridos em forma diversa na estrutura produtiva. [SHELDON, 1979; GUÉRIN, 1971.]

Em 1906, com a depressão internacional dos preços das matérias primas, os cafeicultores paulistas serviram-se do poder político e dos recursos estaduais e federais para a defesa da cafeicultura regional. A política de proteção da renda dos cafeicultores através da desvalorização da moeda nacional golpeou a capacidade de consumo da população ensejando expansão da produção artesanal, manufatureira e fabril, devido à queda da capacidade de compra da população do país de produtos estrangeiros, agora escassos e caros no mercado. A queda do poder de compra dos salários levou os trabalhadores fortalecidos pela expansão produtiva a promoverem importante ciclo grevista, sobretudo nas principais capitais. [IANNI, 1965: 35; BANDEIRA, 1989.] No ano anterior, em 1905, ocorrera na Rússia czarista a Primeira Revolução, com vasta repercussão internacional. [TROCKIJ, 1970.]

Em Porto Alegre, no Rio Grande do Sul, por exemplo, uma longa e combativa greve operária manteve-se por 21 dias, exigindo aumento

salarial e oito horas de trabalho. Nesse ano, produto da nova conjuntura, no Rio de Janeiro, realizou-se o 1º Congresso Operário Brasileiro, com a participação de 38 associações profissionais da região e de outros Estados da federação. Atrojildo Pereira propôs, em 1962, que aquele congresso teria assinalado “o início, entre nós, de uma organização operária de âmbito nacional”. [BILHÃO, 1999.] Acreditamos que o uso do termo “nacional” seja impróprio. Tratava-se sobretudo de um embrião de coordenação dos núcleos de vanguarda de ainda pequenos pólos fabris de um país predominantemente rural e de larga autonomia federal. Temos que dimensionar esse primeiro impulso da classe operária no país. Delegados que participavam do encontro representavam associações profissionais, não raro com apenas algumas dezenas de associados — chapeleiros, marmoristas, carpinteiros, pedreiros, ladrilheiros, pintores, sapateiros, etc. Os laços entre as associações eram difíceis, do ponto de vista político, social e geográficos. Inserida em um universo predominantemente rural, a maior parte da classe trabalhadora urbana não era atingida pela propaganda e organização sindicalista. Não raro, a desconheciam totalmente. Dominava, como proposto, a ordem federalista no país, com sobretudo os estados mais fortes vivendo em semiautonomia de fato. Não havia uma rede industrial, financeira e bancária comum às diversas regiões. Enormes regiões e Estados do país encontravam-se totalmente à margem daqueles sucessos, envolvidos por processos diversos - Amazonas, Pará, Piauí, Mato Grosso, etc. Em geral, houve uma supervalorização desses sucessos por cientistas sociais que super-estimaram e *nacionalizaram* fenômenos próprios sobretudo ao Rio de Janeiro, São Paulo e, secundariamente, Rio Grande do Sul.

As teses anarco-sindicalistas dominaram o congresso operário de 1906, que definiu a luta pelas oito horas de trabalho como principal reivindicação operária. [48 horas] Apesar dos *handicaps* negativos daquele encontro, surgiu, em 1908, a Confederação Operária Brasileira, com em torno de cinquenta associações sindicais, sobretudo do Rio de Janeiro e São Paulo, mas em contato com diversas outras regiões do país. Apesar das dificuldades e dos limites objetivos, a COB organizou a seguir manifestações articuladas em algumas das principais capitais do Brasil, não poucas de real importância. Era abundante a imprensa operária, sobretudo de tendência anarquista, em geral de muito curta vida e de escassa abrangência, - algumas dezenas

e, no máximo, centenas de exemplares. Muitos jornais surgiram e desapareceram sem deixar traços. Eles eram escritos em português, espanhol, italiano, alemão, o que dificultava ainda mais sua difusão – *Avanti*, *Folha do Povo*, *Germinal*, *A vida*, *La Lotta Proletaria*, *Il Meridionale*, *Ecos da Caserna*, *A Liberdade*, *O Lutador*, *A Voz do Trabalhador*, *Il Ribelle*, etc. A polícia proibia e empastelava as gráficas operárias e financiava as publicações colaboracionistas. A Igreja organizava os trabalhadores, para combater o socialismo e o ateísmo. [OLIVEIRA, 2009.]

Surto Industrial

No Nordeste, os principais centros industriais eram a Bahia e Pernambuco; no Centro-Sul, o Rio de Janeiro e São Paulo; no Sul, o Rio Grande do Sul. Não raro, a dispersão fabril era grande, não apenas entre os estados da federação, mas no interior dos mesmos. No Rio Grande do Sul, os pequenos pólos operários localizavam-se na grande Porto Alegre, em Pelotas, em Rio Grande e em Caxias. Os meios de comunicação eram precários nos estados e, ainda mais, na federação. Os diversos estados articulavam os meios de transporte - ferrovias, hidrovias, rodovias - com seus portos marítimos, quando os tinham. Avançavam com dificuldade os contatos ferroviários entre os estados. No geral, as unidades produtivas escoavam suas produções na sua região, sendo muito escassa a circulação nacional de mercadorias, como assinalado. Grande parte da matéria-prima vinha do exterior. [AFFONSO, 1995; STEIN, 1979; ANDRADE, 1981; GORENDER, 1986.]

A dispersão industrial devia-se ao elevado custo dos transportes, às taxas interestaduais sobre a circulação de mercadorias, à baixa acumulação de capitais, à competição dos produtos estrangeiros, etc. O Rio de Janeiro, capital da República, maior centro financeiro e principal núcleo urbano do país, possuía em torno de um milhão de habitantes. As demais capitais tinham populações muito mais acanhadas. Os mercados regionais sustentavam com dificuldade qualquer produção em escala, favorecendo a concorrência dos manufaturados importados. Não havia proletariado nacional ou brasileiro propriamente dito, articulado objetivamente por estruturas produtivas supraestaduais. Entretanto, as medidas monetárias do governo federal repercutiam sobre todo o país, com destaque para os trabalhadores e

classes médias assalariadas. Elas eram importantes meios de imposição no país da hegemonia das facções centrais da classe dominante, em nível nacional.

O primeiro grande surto industrial ocorreu em 1914, com o início da Primeira Guerra Mundial. A crise de 1896 ensejara a queda dos preços dos produtos primários exportados pelo país. Nas mãos dos interesses cafeicultores, o governo federal interveio protegendo os plantadores e exportadores de café, através da desvalorização da moeda, determinada por forte emissão. A queda do valor real do mil-réis resultou em encarecimento das importações e fez recuar o nível de consumo da população, sobretudo nas cidades. Nesse contexto geral, decaíram as importações, o que incentivou relativamente a produção interna artesanal, manufatureira, industrial. Controlando a moeda, o poder federal determinava a vida econômica dos estados, apesar da partição regional reforçada pelo federalismo surgido com a proclamação da República. Aquela conjuntura econômica positiva para a indústria foi seguida por forte impulso industrialista relativo motivado pela Grande Guerra [1914-18]. Com o conflito, subiram os preços das matérias-primas vendidas aos aliados - açúcar, couros, charque, carne congelada, etc. -, sem que houvesse produtos manufaturados em oferta no mercado internacional, devido à reconversão bélica da indústria européia e estadunidense. A demanda nacional não satisfeita de objetos de uso corrente importados levou a que parte dos capitais disponíveis e facilitados pelas exportações fosse investida na produção interna de manufaturados congêneres.

Inicialmente, o crescimento da produção industrial deu-se através de um melhor aproveitamento da capacidade instalada das indústrias existentes, nos núcleos manufatureiros estaduais. Ou seja, da capacidade não aproveitada de produção das unidades fabris. A seguir, houve real expansão do parque industrial nas diversas regiões, apesar da impossibilidade de importar máquinas do exterior, devido à militarização da indústria européia e estadunidense. Os principais pólos industriais, Rio de Janeiro, São Paulo e Rio Grande do Sul conheceram importante impulso industrial, ainda que diferenciado. Os núcleos industriais do Norte e do Nordeste pouco foram favorecidos pela nova conjuntura, devido à estreiteza de seus mercados regionais. A chamada industrialização no Brasil jamais foi processo nacional. [VINHOSA, 1990.] A proposta de uma industrialização nacional é

preenche de conteúdo centralista apologético.

Desequilíbrios Internos

Em 1920, em São Paulo, as empresas manufatureiras superavam as quatro mil unidades, com mais de oitenta mil trabalhadores – em média, vinte trabalhadores por empresa. O Rio Grande do Sul era ainda o terceiro estado em produção industrial. Porém, no período anterior, consolidara-se o avanço relativo de São Paulo e do Rio de Janeiro, como primeira e segunda regiões industriais. Em 1920, o Rio Grande tinha 1 773 unidades fabris, com 24 661 operários – em média, quatorze operários por empresa. Tinha, portanto, um menor número de indústrias trabalhando com menos operários e, portanto, com menor produtividade. O mesmo fenômeno ocorrera no relativo à indústria têxtil, principal atividade fabril do Brasil. Em 1920, São Paulo subira de 27 para 112 fábricas têxteis. O Rio Grande, que tinha oito, em 1907, possuía 51, em 1920. No distanciamento relativo, desempenhou importante papel a abundância de capitais paulistas, determinada pela exportação cafeeira, protegida pelo governo federal, mesmo em detrimento das demais regiões do país. Favorecia também a produção paulista o maior mercado regional e a maior proximidade de outras importantes regiões consumidoras – Rio de Janeiro e Minas Gerais, sobretudo. Entretanto, fora as grandes unidades, minoritárias, seguiam dominando as empresas pequenas e médias, em geral, com menos de sete operários. Em muitas delas, os proprietários trabalhavam junto aos operários. Em 1920, os estabelecimentos agrícolas seriam quase 650 mil, com apenas algo mais do que 1.700 tratores.[PEREIRA. 1976: 51-55.] Ou seja, uma produtividade muito baixa.

Nos anos imediatos após a Grande Guerra [1914-1918], os países beligerantes diminuíram as importações e expandiram suas exportações, após desmilitarizarem suas indústrias. Havendo reservas disponíveis, devido às exportações durante o conflito, aumentaram-se significativamente as importações do Brasil, em uma época em que caíam as exportações do café. O governo central reagiu desvalorizando a moeda e instituiu a política de defesa permanente do café. Essa política empobrecia a população do país mas sustentava relativamente a expansão dos núcleos industriais estaduais. Reagindo à crise e existindo capitais disponíveis e possibilidade de compra no exterior

da maquinaria necessária, as indústrias dos núcleos industriais do Brasil modernizaram seu aparato produtivo, concentrando a produção, aumentando a produtividade, despedindo operários. Entretanto, as medidas federais monetaristas e de contenção de gastos (1924-6) restringiam o consumo interno, grande escoadouro da produção fabril dos núcleos industriais regionais em processo de expansão. As indústrias estagnaram, sobretudo as que importavam matérias-primas, golpeadas pela desvalorização monetária. Nos três principais pólos industriais do país - São Paulo, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul, houve forte centralização e concentração do capital industrial. A organização federalista dificultava a evolução da produção industrial estadual em produção fabril nacional.

Todo o interesse do poder federal, sediado no Rio de Janeiro, voltava-se para a defesa do setor primário, sobretudo da cafeicultura paulista, despreocupando-se com a economia dos demais estados. Em 1926, em São Paulo, os industrialistas paulistas formaram o Partido Democrático, descontentes com a política governamental, que não criava barreiras alfandegárias e não investia em obras infraestruturais exigidas pelo setor. Toda defesa da chamada “indústria brasileira”, através de barreiras alfandegárias que dificultassem as importações, prejudicava os grandes fazendeiros, já que deviam pagar maiores salários e investir maiores somas na compra de gêneros alimentícios. Nos anos 1925, mesmo alcançando a autonomia no relativo ao consumo de tecidos, a produção têxtil nos núcleos industriais no Brasil estagnava. Na época, o país vivia sua primeira crise capitalista de superprodução. O desenvolvimento tecnológico, mesmo limitado, garantia elevada produção, que não encontrava mercado. Os salários dos operários e assalariados urbanos e rurais eram miseráveis e multidões de brasileiros, sobretudo nas unidades federativas mais pobres, viviam em condições de existência seminatural e natural. Era, portanto, muito estreito o consumo dos produtos industrializados dos pólos fabris regionais. Devido à forte exploração do mundo do trabalho essa realidade permanece tendencialmente até hoje, sobretudo no relativo aos baixos salários. A crise se manteve até os anos 1929, quando se aprofundou.

O Ano Vermelho

Após o congresso de 1906, a repressão abateu-se sobre o ativismo

operário, com a prisão, expulsão e morte de militantes. A produção e as classes dominantes rurais reinavam soberanas sobre um país que desconhecia qualquer forma, mesmo embrionária, de união entre os trabalhadores urbanos e rurais. Em verdade, essa associação, jamais proposta, encontrava-se além das condições objetivas da época. Porém, muito logo, os pequenos núcleos sindicais, restritos aos estados em que se encontravam, se reorganizaram, sempre sobre a direção anarquista, desenvolvendo importante agitação contra a guerra. Em 1915, reuniu-se no Rio de Janeiro um Congresso pela Paz. Em 1917, através de todo o Brasil, eclodiram movimentos grevistas em resposta às difíceis condições de trabalho e de vida a que se viam submetidas as classes populares, favorecidas pela ampla expansão da atividade produtiva. Em junho de 1917, ocorreu greve geral na cidade de São Paulo, paralizando-a por alguns dias, contra a carestia da vida e pelas oito horas. Em julho, em Porto Alegre, a Federação Operária do Rio Grande do Sul fundou uma Liga de Defesa Popular que, além de reafirmar a exigência das oito horas de trabalho para homens e seis para mulheres e crianças, lançou reivindicações populares, como a diminuição dos preços dos alimentos, a criação de matadouros municipais e de mercados livres nos bairros operários, etc. Pela primeira vez, com essa iniciativa, o movimento operário propunha um programa reivindicatório para o conjunto das classes subalternas e intermediárias sulinas. [BANDEIRA, 1980; PETERSEN, 2001.]

Em 31 de julho de 1917, em Santa Maria, no Rio Grande do Sul, também com apoio da Federação Operária do Rio Grande do Sul - FORGS -, eclodiu violenta greve entre os trabalhadores da Viação Férrea, reivindicando a semana inglesa [meio sábado de trabalho] e a jornada de oito horas. [44 horas de trabalho]. O movimento envolveu todos os municípios servidos pela rede, tornando-se a primeira greve estadual de um corpo profissional sul-rio-grandense. Grupos de operários percorrem as ruas da capital. No dia 1º de agosto, entraram em greve por melhores salários e pelas oito horas de trabalho milhares de operários de Porto Alegre – alfaiates, carpinteiros, chapeleiros, comerciários, eletricitários, estivadores, motorneiros, tecelões, tipógrafos, etc. Ajudado pela greve do serviço ferroviário, o movimento grevista praticamente parou a capital, que, nesse momento, teria uns 150 mil habitantes. [Em 2018, o município de Porto Alegre tinha pouco menos de um milhão e meio de habitantes].

Em 2 de agosto, uma delegação da Liga de Defesa Popular foi recebida pelo presidente do Estado, Borges de Medeiros, positivista, do PRR, que se comprometeu a elevar o salário dos trabalhadores públicos e a restringir a exportação dos alimentos. Decretos do governo estadual atenderam no mesmo dia parte das reivindicações operárias e populares. A seguir, em grande maioria, os empresários aceitaram as reivindicações operárias e medidas em defesa da economia popular foram tomadas pelo intendente da capital. [PETERSEN, 1992.] Mil novecentos e dezenove foi um verdadeiro Ano Vermelho no Brasil, motivado pela difícil situação das classes trabalhadoras, devido à recessão capitalista mundial pós-guerra e às dificuldades econômicas internas. Greves muito duras, com atentados anarquistas, eclodiram nas grandes capitais do Brasil, sempre pelas oito horas e contra a carestia. Era forte a repercussão da Revolução Russa, de outubro de 1917. Em 1920, o ciclo grevista esmoreceu, no contexto do refluxo industrial. As vitórias foram parciais e limitadas, devido ao próprio caráter das paralizações, não raro espontâneas e sem articulação entre elas, impulsionadas pela luta contra a carestia. [PEREIRA, 1976: 42, 49; BANDEIRA, 1989.]

Um Mundo Operário Atomizado e em Lenta Formação

A vitória da Revolução Russa, em 1917, aumentou a combatividade operária. Quando o movimento foi melhor conhecido, cresceu poderosamente o prestígio do marxismo, praticamente desconhecido no Brasil, determinando que os principais militantes anarquistas participassem da organização do Partido Comunista do Brasil, em 1922. Essa adesão foi sobretudo ideológica, motivada pela vitória operária de 1917 na Rússia, já que os novos *comunistas* quase nada conheciam da teoria marxista e sobre a formação social brasileira. O que, em sentido estrito, jamais foi superado. Sobretudo, a fragilidade relativa das classes trabalhadoras, devido ao próprio perfil da produção fabril raquítica, não fornecia uma base de sustentação objetiva-subjetiva para a formação de um pensamento revolucionário materialista, mesmo no pequeno *coração* industrial do país. Nos primeiros tempos do PCB, não houve qualquer flexão de intelectuais brasileiros de destaque em direção ao comunismo. O Brasil da República Velha [1889-1930] jamais conheceu um pensador marxista de fôlego.

Em geral, os primeiros militantes e intelectuais comunistas bra-

sileiros comungavam com visões de mundo de cunho positivista-popular, que repetiam em forma inconsciente e rústica as visões do socialismo reformista russo do século 19, que identificavam, sem mediações, a industrialização ao progresso *nacional*. Uma visão que permanece fortíssima em segmentos que se reivindicam do marxismo, ainda hoje. Não houve a bem dizer interpretação do país a partir da ótica do mundo do trabalho. Algo de certa forma previsível. Vimos que era extremamente difícil para os próprios membros da vanguarda operária, isolados em pequenos núcleos fabris em um mar de produção rural, estabelecer contatos, mesmo esporádicos, com ativistas de outras regiões e de outros estados. O país era ainda uma quase federação [associação política] de diversos *estados*. Os contatos com o movimento operário de outras nações era mais do que episódico, mesmo no Rio Grande do Sul com fronteiras com o Uruguai e a Argentina. As ciências sociais, em um sentido lato, engatinhavam no país, dominado por intelectualidade bacharelista, conservadora e oficialista.

No Brasil da época, uma identidade e consciência operária se consolidavam com dificuldade e em forma frágil e limitada, handicap negativo fortalecido pela autonomia política e econômica dos estados na ordem federativa. Nos principais centros urbanos, os trabalhadores viviam em bairros populares, entre multidões de cidadãos que vegetavam à margem das atividades produtivas. Essa plebe urbana era formada por ex-cativos, ex-libertos, imigrantes fracassados, etc. Importantes setores urbanos, desorganizados pela ideologia escravista que abominara o trabalho manual; barrados no acesso à pequena propriedade; incapazes de se inserir no restrito mercado de trabalho, etc. empregavam-se em uma frágil economia de subsistência transitando dela para o *crime* e para a *vagabundagem*. Esse *lupem-proletariado* vivia nos poros de sociedade de classe que se formava com dificuldade. Eram biscateiros, mendigos, vendedores ambulantes, prostitutas, funileiros, capoeiras, amoladores de tesouras, assaltantes, compradores de garrafas vazias, empurradores de cargas, ciganos, etc. Os trabalhadores fabris temiam perder seus empregos e terminar fazendo parte dessa massa de desocupados, mobilizada facilmente contra a classe operária. Os dedos-duros, os policiais, os fura-greves, etc. eram recrutados entre essa população socialmente informe. [MAESTRI, 2003, I]

Até o começo do século 20, os frágeis segmentos sociais médios viveram à margem das decisões políticas e sociais. No início do Novecentos, fortalecidos muito relativamente, eles encontravam-se no Exército, nas profissões liberais, no pequeno comércio, entre o baixo clero. O Estado mínimo limitava o emprego na administração pública, de baixos salários, que não contava com estabilidade. Continuavam, porém, fortemente limitadas as possibilidades de progresso desses setores intermediários, para os quais a loteria e um bom e raro casamento constituíam, como no Império, uma das poucas e reais vias de ascensão social. Desde o Império, como registrava a literatura da época, o casamento de um *parvenu* com uma filha e herdeira aterrorizava as famílias proprietárias. Por muito tempo, foi bem visto o casamento entre primos, somando herança e propriedades rurais. Apenas em fins dos anos 1910, no contexto do *Tenentismo* - movimento da jovem oficialidade do Exército em favor da reforma das instituições republicanas -, as classes médias começaram a desempenhar um papel político efetivo no cenário nacional. Esses segmentos sociais médios viam com antipatia a organização e a promoção social operárias. [PRESTES, 1997.]

Também o mundo das classes dominantes era estratificado e federalizado. Os grandes proprietários agrários, sobretudo os cafeicultores, usineiros, etc. encontravam-se no topo da pirâmide social, senhores de suas regiões e estados. Eles haviam se apossado da gestão direta do poder político federal com a eleição de Prudente de Moraes (1894-98), após os dois primeiros presidentes militares. Em associação contraditória com os grandes proprietários agrários regionais, encontravam-se os financistas, os grandes comerciantes, os nascentes industrialistas, enquadrados e limitados pelas fronteiras estaduais e pelo limitado mercado interno. Todos esses setores convergiam no prosseguimento da submissão política e social das classes trabalhadoras urbanas e rurais, vistas com um profundo desprezo, sentimento em parte herdado dos proprietários escravistas. Dominava a ideologia *agrarista*, com sua proposta da vocação agro-pastoril *natural* e *incontornável* do Brasil. Os principais políticos e intelectuais orgânicos das classes ruralistas eram em geral bacharéis formados pelas escolas de Direito, com destaque para as escolas tradicionais de Recife e de São Paulo. A primeira escola de Sociologia foi fundada em São Paulo em 1933.

Na República Velha [1889-1930] os cafeicultores de São Paulo dominaram a federação, associados às classes latifundiárias e proprietárias agrárias mineiras e fluminenses, sem contradições políticas e ideológicas essenciais com as oligarquias periféricas, igualmente voltadas à produção e exportação de mercadorias agrícolas. Apenas no Rio Grande do Sul, com economia orientada para os mercados do Brasil e uma importância relativa do mercado interno regional, a República significara uma modificação de qualidade no sistema de dominação, com o defenestramento do poder do antigo Partido Liberal, expressão da oligarquia pastoril, até então hegemônica regionalmente. No Sul, com a República, entronizara-se bloco político-social pró-capitalista, modernizante e conservador – industrialistas, comércio, economia colonial-camponesa – que tinha no positivismo sua ideologia organizadora. [MAESTRI, 2000, 179-218 II; FRANCO, 1996]

Fundação do PCB

Sob o crescente prestígio do movimento marxista, em 1919, fundou-se um Partido Comunista do Brasil, para “promover a propaganda do comunismo libertário”, sob a direção de José Oiticica, importante líder anarquista da época. A iniciativa não teve longa vida. Em 25-27 de março de 1922, por iniciativa da União Maximalista de Porto Alegre, do barbeiro libanês-brasileiro Abílio Naquete, ativista sindical e espírita, reuniram-se em forma apressada nove delegados do Rio Grande do Sul de Pernambuco, de São Paulo e do Rio de Janeiro, para congresso de fundação do Partido Comunista do Brasil (PCB), a fim de poder participar do IV Congresso da Internacional Comunista. As 21 condições de admissão à IC foram aceitas; votou-se um estatuto para o novo partido; elegeu-se direção central para a nova organização. Astrojildo Pereira lembra que a fundação “passou completamente despercebida da opinião pública”, como não podia deixar de ser. Um delegado, Antônio Canelas, foi enviado à IV Congresso da IC, e Astrojildo Pereira visitou Moscou, em 1924. [PEREIRA. 1976: 68; BROUÉ, 2007.]

O número minúsculo e a escassa abrangência nacional dos delegados ao congresso de fundação registravam o nascimento de pequeno agrupamento ideológico de militantes devido à atração da Revolução de 1917 exercida sobre grupos dispersos de ativistas, em geral operários de origem anarquista. Registrava, igualmente, uma primei-

ra ruptura da minúscula vanguarda revolucionária operária brasileira em *comunistas* e *anarquistas*, que passariam a disputar a direção do movimento dos trabalhadores em difícil formação. A constituição do PCB, cinco anos após 1917, era efetivada em momento de refluxo e não de crescimento das lutas operárias nos centros industriais do país em consolidação. O PCB não representava, nos fatos, nenhum núcleo significativo das classes trabalhadoras. No mesmo ano, Lenin teve seu primeiro derrame debilitante, que o levaria à morte, dois anos mais tarde, momento em que a burocracia começava a se consolidar na URSS, dando origem a seguir ao advento do estalinismo.

Nenhum intelectual de destaque aderiu ao novo partido comunista, onde dominava um enorme desconhecimento do marxismo, o que era coerente com o caráter recente e relativamente atrasado do processo industrial [regionalizado] no país, como proposto. “O movimento operário brasileiro não possuía nenhuma tradição marxista” - lembrava Astrojildo Pereira. Apenas em 1924, ou seja, após a fundação do PCB, o *Manifesto comunista*, literatura sumária e de base do marxismo, foi publicado em livro no Brasil. O *capital* teve que esperar ainda 64 anos, para conhecer edição brasileira, em 1968. Em 1924, o PCB teria em torno de 300 militantes, metades deles no Rio de Janeiro-Niterói. Nesse então, o Distrito Federal possuiria em torno de sessenta mil operários fabris. O país, em 1920, contava com uns 36 milhões 700 mil habitantes. [PEREIRA. 1976: 80-4; CHILCOTE, 1982.]

Em 18-19 de maio de 1925, reuniu-se o II Congresso do PCB. No ano anterior, o jovem dirigente comunista Octávio Brandão escrevera o livro *Agrarismo e industrialismo*, que circulara como datiloscrito, antes de ser publicado, em 1925, sob pseudônimo, devido ao Estado de Sítio. O livro defendia a revolta tenentista, apenas derrotada, como “revolução democrática”, contra o governo de Arthur Bernardes. Octávio Brandão via como as grandes contradições do país, após a República, o confronto entre o imperialismo inglês, decadente, e o estadunidense, ascendente, e entre o “capitalismo agrário semifeudal e o capitalismo industrial moderno”. “[...] fora de dúvida que o Brasil ainda é, no conjunto, um país medieval [...]” Propunha já a revolução por etapas: “O industrialismo despedaçará o feudalismo. E o socialismo despedaçará o industrialismo burguês.” [BRANDÃO, 2006: 47, 48.] Sob linguagem *marxista*, Octávio Brandão expressa-

va visão de mundo burguesa industrialista. Anita Leocádia Prestes assinala como característica das origens e das primeiras décadas do PCB o “débil conhecimento do marxismo, assim como da realidade brasileira”. [PRESTES, 1980: 3.]

Antes que a Internacional Comunista burocratizada oficializasse, em 1928, no seu VI Congresso, a definição do *status* feudal ou semi-feudal para todos os países semicoloniais ou coloniais, e a aliança e submissão dos trabalhadores às forças “industrialistas progressistas”, Brandão caracterizava já o fazendeiro do Brasil como “senhor feudal” e os trabalhadores rurais como “servos”. “A organização social” brasileira seria dominada pelo “feudalismo na cumeeira e a servidão no alicerce”. Portanto, era necessário frente única entre os trabalhadores, a pequena-burguesia e a “grande burguesia industrial”. Havia que superar, primeiro, a revolução “democrático-burguesa” para, então, empreender a “revolução proletária, comunista”. O II Congresso do PCB assumiu aquela proposta e definiu como aliado prioritário do proletariado a pequena-burguesia [tenentismo]. O comunismo brasileiro surgia assim como ideologia desenvolvimentista burguesa. [BRANDÃO, 2006, 25 *et seq.*: PEREIRA. 1976; PACHECO, 1984.]

A elucubração teórica de Octávio Brandão registrava a indignação da formação intelectual e marxista dos quadros intelectuais comunistas brasileiros e a dependência político-ideológica dos mesmos ao industrialismo e à burguesia nacional em desenvolvimento. De certo modo eram apêndice ideológico da burguesia industrial e não vetor de independência operária. Simplesmente se ignorava a necessária união entre operários e trabalhadores rurais, por longos anos ainda dominantes no Brasil. Sob chavões marxistas, Octávio Brandão registrava leitura da formação social brasileira de viés positivista. Veremos que, em forma geral, a proposta da submissão dos trabalhadores a uma dita burguesia democrática e industrialista nacional prosseguiria por longas décadas, mantendo em camisa de força o esforço autônomo do mundo do trabalho.

Movimentos Sociais no Campo

A maior parte da população trabalhadora do Brasil vivia nos campos, em unidades produtivas semi-isoladas e independentes, atomizada regional, social, étnicamente, sob o domínio quase absoluto das

formas de produção pré-capitalistas - eram agregados, assalariados, semi-assalariados, colonos, parceiros, meeiros, etc. Eram descendentes de cativos, de negros livres, de libertos, de nativos, de caboclos, de imigrantes estrangeiros, em geral camponeses na Europa. Era muito restrita a existência de comunidades camponesas, em geral de origem européia, igualmente semi-isoladas em suas “colônias”. Não havia no Brasil camponeses vivendo em aldeias e explorando terras próximas às suas residências, muito comum na Europa. No Velho Mundo, a aldeia era um centro aglutinador da vontade e dos interesses da população camponesa.

Até 1888, no contexto da escravidão, a população feitorizada lutara pela liberdade, e não pela terra. Em verdade, em forma tendencial, o trabalho na terra, para essa população, era sinônimo de alienação e não de emancipação. Apesar das propostas em contrário, como a tese de “brechas camponesas”, no Brasil, foi muito limitada a entrega de parcelas de terrenos para os cativos. Essa prática foi rara, sobretudo no relativo à cafeicultura, que dominou as últimas décadas da escravidão. [CARDOSO, 1987.] Em geral, muito pouco ligava os trabalhadores escravizados à fazenda onde eram feitorizados. Apenas após a Abolição, em 1888, a luta pela terra passou a ser uma necessidade para as comunidades afro-descendentes emancipadas. Na pós-Abolição, elas conheceram múltiplos *handicaps* negativos: racismo; incultura; escasso domínio da língua portuguesa; pobreza material extrema; passado de submissão servil; frágeis laços familiares, etc. Não raro, os ex-cativos procuraram se retirar para as cidades ou para longe dos locais onde haviam sido escravizados. Muitos ex-cativos se afundaram nos sertões, até onde puderam.

Nos anos imediatos à abolição da escravidão, em 1888, houve poucas lutas gerais pela terra e os movimentos, mais numerosos, por melhores condições de trabalho, mantiveram-se circunscritos ao micro-mundo rural onde ocorreram. A grande mobilização abolicionista nacional se esgotou com a república conservadora, que impôs o federalismo, como vimos. Foram múltiplas as lutas de populações rurais nas primeiras décadas da República. As mais significativas, que elevaram-se ao nível de luta armada contra o Estado, assumiram um conteúdo messiânico, com destaque para Belo Monte [1896-7] e para o Contestado [1912-16]. O *invôlucro* religioso desses movimentos facilitou eventualmente sua constituição inicial mas dificultou-im-

pediu sua difusão e generalização. [FACÓ, 1965; QUEIROZ, 1966; BERNADET, 1979.]

A República Sertaneja de Belo Monte

O primeiro grande movimento agrário que se mobilizou em forma armada pela defesa do território conquistado surgiu, poucos anos após a Abolição e a República, em torno do pregador popular Antônio Vicente Mendes Maciel, *Antônio Conselheiro*, e do reduto de Belo Monte, fundado por ele no norte da Bahia, em 1893. Na época, com a federalização do país, as classes dominantes baianas em crise econômica aumentaram a exação sobre as classes populares, ensejando forte antipatia dos subalternizados com a ordem republicana e um difuso restauracionismo.

Em 1893, o pregador laico e popular Antônio Conselheiro se estabeleceu em povoado próximo à fazenda de Canudos, nas margens do rio Vaza-Barris, que se transformou em pólo de atração dos miseráveis das regiões vizinhas, em geral caboclos e ex-cativos sem terra ou com pouquíssima terra. Mais do que a terra ocupada, desgostava os latifundiários que o reduto de Belo Monte drenasse os braços que eles exploravam em condições semi-servis. Políticos e grandes proprietários baianos serviram-se da grande imprensa para apresentar Antônio Conselheiro como monarquista. Uma expedição policial estadual, de cem soldados, comandada por um sargento, foi derrotada, em 24 de novembro de 1896, pelos conselheiristas, após longas horas de combate. Em 18 de janeiro, segunda expedição militar era desbaratada, sem poder se aproximar do reduto. Então, os oficiais florianistas intransigentes, em processo de defenestramento do poder federal, transformaram a destruição do reduto sertanejo, apresentada como luta pela defesa da república e da civilização, como forma de retornarem ao centro dos sucessos e deliberações políticas.

Em inícios de 1897, o coronel Antônio Moreira César, florianista, partiu para o norte da Bahia com 1.300 homens. Para o “reduto santo” afluíram igualmente grande número de sertanejos para defender a República Sertaneja e Antônio Conselheiro, que desde o início dos confrontos limitara-se às questões religiosas. Em 2 de março, as tropas federais foram derrotadas, após atacarem Belo Monte, morrendo em combate seus dois comandantes. As armas ficaram quase todas

nas mãos dos conselheiristas. O quarto e último ataque foi empreendido por um corpo de exército de oito mil homens, portando as mais modernas armas da época. Os confrontos derradeiros iniciaram-se em 25 de junho de 1897. Apenas em setembro, após grandes baixas, as tropas federais conseguiram fechar o cerco ao reduto de Belo Monte, impedindo o ingresso de combatentes que não cessavam de chegar para defender a *terra santa*. Em 5 de outubro, caíam sem se render, na última trincheira, os quatro últimos combatentes. Centenas de prisioneiros foram degolados. Mulheres e meninas foram distribuídas pelas tropas e mais comumente vendidas para serem prostituídas. Crianças foram levadas pelos oficiais para trabalharem em suas fazendas. Através do Brasil, os conselheiristas foram apresentados e vistos como fanáticos, monarquistas, sub-homens. [MAESTRI & MACEDO, 2005; MONIZ, 1987; MOURA, 2000; CUNHA, 1911.]

A Guerra do Contestado

De outubro de 1912 a agosto de 1916, sobreveio luta armada pela terra entre caboclos e o poder estadual e federal, na fronteira do Paraná e de Santa Catarina, em território rico em madeira e ervais. Esse território era ocupado por populações caboclas que se revoltaram contra a sua entrega a madeireiros e à Southern Brazil Lumber & Colonization Company. Como através dos sertões brasileiros, a região era servida por clérigos leigos, como Antônio Conselheiro, que batizavam, rezavam, abençoavam, aconselhavam. Em 1912, o curandeiro José Maria de Santo Agostinho rodou pela região, conquistando amplo prestígio e fundando uma espécie de “farmácia do povo”. Quando a Brazil Railway Company empreendeu a desocupação dos quinze quilômetros de cada lado da ferrovia São Paulo-Rio Grande que recebera do governo como parte do pagamento da obra, os caboclos que ali viviam não raro havia décadas, entraram em ebulição. Eles e os trabalhadores despedidos pela companhia, também estabelecidos naquelas terras, consultaram o monge e estabeleceram uma “comunidade”.

A resistência militar, apoiada em redutos e povoados, assumiu um caráter messiânico e comunitário, com uma detalhada hierarquia e liturgia. O comércio foi substituído por trocas. O primeiro confronto deu-se em 22 de outubro de 1912, contra tropas policiais do Paraná, com a morte de policiais e caboclos, entre eles o beato José Maria.

Em 8 de fevereiro de 1914, em torno de oitocentos soldados de Santa Catarina, Paraná e do governo federal, com metralhadoras e canhões, atacaram o reduto de Taquaruçu, abandonado pelos caboclos, que se refugiaram em Caraguatá, já com milhares de habitantes. Então, Maria Rosa assumiu a direção do movimento. Tinha quinze anos e combatia, com veste branca, montada em cavalo também branco e ricamente arreado.

Em 9 de março de 1914, as tropas militares foram totalmente destroçadas em Caraguatá, que se fortaleceu como refúgio dos caboclos. Outros redutos foram formados e gado da região foi arrebanhado para alimentar os crentes. A seguir, os caboclos passam à ofensiva, em verdadeira *guerra santa*, que assaltava as fazendas, propondo a pobreza e o comunitarismo. Fortalecidos, os caboclos atacaram cidades como Curitiba, queimando invariavelmente os cartórios e registros de terras, o que demarcava o sentido último do movimento - a posse da terra. Em setembro de 1914, Fernando Setembrino de Carvalho foi enviado no comando de 7.000 homens - um corpo de exército - para por fim à sublevação, levando consigo canhões, metralhadoras e dois aviões. Para dividir o movimento, o general prometeu terras para quem se entregasse. Após cercar e isolar a região, quatro colunas invadiram o território controlado pelos caboclos.

Os últimos tempos da resistência deram-se sob o comando de Adeodato Manuel Ramos, “Adeodato”, que impôs lei marcial aos combatentes, agoniados pela fome. Em 8 de fevereiro de 1915, coluna militar atacou o reduto de Santa Maria, retirando-se à noite após longo combate. A luta prosseguiu nos dias seguintes. Em 28 de março, 1 085 homens partiam para reforçar o ataque, enfrentando diversas emboscadas, em uma das quais morreu combatendo Maria Rosa, a líder espiritual do movimento. Em 3 de abril, as duas colunas atacam o reduto de Santa Maria, tomado dois dias mais tarde, executando centenas de rendidos. No fim do ano, os últimos pequenos redutos eram liquidados. Em dezembro de 1915, o derradeiro reduto dos revoltosos foi devastado. Adeodato permaneceu oito meses escondido nas matas, rendendo-se devido à fome. Condenado a trinta anos de prisão, foi morto, sete anos mais tarde, pelo próprio diretor da prisão, sob a justificativa de tentativa de fuga. [MACHADO, 2004; QUEIROZ, 1966; AURAS, 1984]

A Revolta da Chibata - 1910

Como a República do café, da borracha e do cacau vivia vacas gordas, os senhores da nação decidiram o aparelhamento faraônico da Marinha, dizimada na Revolta da Armada [1893]. Nada menos do que três couraçados, três cruzadores-couraçados, seis caça-torpedeiros, doze torpedeiros, três submarinos, um navio carvoeiro foram encomendados à Inglaterra. Porém, como já era assaz comum no Brasil da época, os senhores do Brasil embelezavam a fachada, enfeitavam o *hall*, mobiliavam a sala e despreocupavam-se, olímpicamente, com a cozinha. Os navios eram o que havia de melhor no século apenas-iniciado; as condições de vida e trabalho da maruja assemelhavam-se às dos navios tumbeiros dos tempos do tráfico!

O soldo era baixo; a comida, ruim; o trabalho, duríssimo. As mínimas faltas eram castigadas com tronco, solitária e ginástica punitiva, executada até quase o desfalecimento, a temida “sueca”. Em plena República, os marinheiros apanhavam bolos e eram vergastados, como cativos dos tempos da escravidão. Piorando tudo: a soberba oficialidade orgulhava-se de seu “sangue limpo” e desprezava uma maruja formada por negros, mulatos e caboclos. Na Inglaterra, para onde foram mandados centenas de marinheiros para aprenderem a manejar os modernos navios, os marujos conheceram o movimento sindical e socialista europeu e informaram-se sobre a revolta, de 1905, dos marinheiros russos do Potemkin, contra seus oficiais. A velha tradição de luta, expressa em pequenas revoltas anteriores, conheceu salto de qualidade, ensejando ampla e bem organizada conspiração pelo fim da chibata e por melhores condições de trabalho e vida.

A cuidadosa conspiração foi organizada por um comando central, que antecedeu a sublevação para o dia 22 de novembro 1910, às 22 horas, devido a indignação da maruja com o castigo físico que literalmente retalhou as costas a um marinheiro, com 250 chibatadas, devido a uma briga com um colega, protegido da oficialidade. Os marinheiros apoderaram-se de praticamente todos os barcos mas concentraram-se a seguir nos poderosos encouraçado (*dreadnought*) Minas Gerais e São Paulo e no cruzador Bahia. Quando da sublevação, morreram devido à tentativa de resistência o comandante do Minas Gerais e três oficiais.

No controle da baía da Guanabara, os marujos exigiram a anistia, o fim dos castigos físicos, melhores condições de trabalho. Os principais líderes do movimento eram o marinheiro rio-grandense João Cândido, o “Almirante Negro”, neto de escravos, e marinheiro-paioleiro Francisco Dias Martins, segundo se crê, responsável pela correspondência dos sublevados com as autoridades. Tentativa de resposta de oficiais em pequenos destróieres não prosperou. Sem solução, o presidente da república, o marechal Hermes da Fonseca, recém-empossado, aceitou as propostas dos sublevados e o Senado e aprovou e votou a anistia.

Apenas votada a anistia, intermediada pelo senador Rui Barbosa, candidato derrotado nas eleições apenas concluídas, o governo e os oficiais da Marinha passaram a desembarcar as lideranças da revolta, desarmar os navios, promover inúmeras provocações. As direções da revolta procuraram inutilmente as redações dos jornais e não foram recebidas pelo senador Rui Barbosa. O movimento se dividiu sobre como responder à repressão geral que se aproximava. Alguns marinheiros, entre eles Dias Martins, fugiram do Rio de Janeiro. João Cândido propôs o respeito incondicional à autoridade dos oficiais.

Em 10-11 de dezembro eclodiu movimento, com epicentro no Batalhão Naval da Ilha das Cobras, infiltrado pela polícia. Brotes de revoltas foram rapidamente sufocados nos navios. O Batalhão Naval foi arrasado pela artilharia do exército e o Minas Gerais, novamente sob comando de João Cândido, semi-desarmado, participou como pode do bombardeio, para registrar fidelidade ao governo. Quando desembarcaram, os marinheiros foram presos, apesar de terem se oposto à segunda revolta. João Cândido e dezenove outros marinheiros foram encerrados em masmorra minúscula, sem água, na qual se atirou baldes de água com cal. Quando finalmente se abriu a porta, apenas o Almirante Negro e um outro marinheiro viviam. Dezenas de marinheiros foram enviados, no navio Satélite, para a Amazônia para serem literalmente vendidos aos seringueiros. Durante a viagem, muitos foram fuzilados ou lançados com vida ao mar. Praticamente todos os marinheiros que participaram da revolta foram afastados da armada. Apesar da derrota, o movimento foi vitorioso. Nunca mais um marinheiro foi legalmente chicoteado e melhoraram as condições de existência da maruja. Desde então, os oficiais conheceram a força dos marinheiros.